	Votação	Resultado
1.ª	23/06/83	AP UA
2.ª	/ /	
3.ª	/ /	

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Câmara Municipal de Vereadores de Butiá.

PROJETO DE LEI Nº 585, DO LEGISLATIVO.

Comissões Permanentes

DE

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N.o 514/83

Data 13 de junho de 1983.

ROMOVENTE: VER. ARCILON BELOMAR PEREIRA

SUNTO: DENOMINA PRAÇA PÚBLICA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Câmara Municipal de Vereadores de Butiá

PROJETO DE LEI Nº 584
De, 08 de junho de 1983.

AUTÓGRAFO Nº 482
PROJETO DE LEI Nº 584

Eu, VEREADOR ERALDO MACHADO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, aos dezesseis dias do mês de junho de 1983, declaro que o Egrégio Plenário desta Casa, em sessão ordinária, aprovou em sessão única, o Projeto de Lei nº 584, do Legislativo, que dá denominação em Via pública.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Em, 16 de junho de 1983.

Ver. Eraldo Machado
Presidente

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Câmara Municipal de Vereadores de Butiá

PROJETO DE LEI Nº 585

DENOMINA PRAÇA PÚBLICA.

Artigo 1º - É denominada de Presidente João Goulart, o triângulo situado entre a Rua Bento Gonçalves, Av. Mauá e Travessa sem nome, frente as instalações da CORSAN, na Sede do Município de Butiá.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 13 de junho de 1983.

Ver. Arcilon Belmar Pereira
PDT

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Câmara Municipal de Vereadores de Butiá

Justificativa

Como justificativa do que ora nos propomos, estamos indicando o nome de um Ex-Presidente, que passamos a descrever um relato minucioso de sua vida.

JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART, último Presidente constitucional do Brasil, nasceu no dia 1º de março de 1918, na missioneira Cidade de São Borja, terra natal de outro grande brasileiro, o Presidente Getúlio Vargas. Antes de completar 25 anos, com a morte de seu pai, o "Cel" Vicente Rodrigues Goulart, passou a administrar as fazendas da família, dedicando-se, principalmente, ao comércio de gado.

Em 1945 Getúlio Vargas foi deposto e auto-exila-se na Fazenda do Itu. É quando o o destino aproxima Jango do fundador do trabalhismo.

A princípio a ligação não tinha nenhuma ligação política, só com o desenvolvimento do processo de redemocratização, quando são criados os partidos políticos, é que João Goulart toma contato com a política. Por designação de Vargas, Jango candidata-se à Assembléia Legislativa, sendo eleito pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro. Em 1950, elegeu-se Deputado Federal, sendo o segundo mais votado do Estado. Não chegou a assumir seu mandato, pois foi convidado pelo Governador eleito, Ernesto Dornelles, para ocupar a Secretaria do Interior e Justiça. Em 1952, foi aclamado Presidente Nacional do PTB, partido que emergia como a terceira força eleitoral do País. Nomeado por Getúlio Vargas Ministro do Trabalho, em 1953, Jango suportou violenta campanha, desde o primeiro dia de sua gestão. Durante oito meses, diariamente, os grandes jornais do País, comprometidos pela publicidade aos interesses multinacionais, intrigaram-no e agrediram-no. Já naquela época João Goulart era acusado de pretender, juntamente com Vargas, implantar no Brasil uma República Sindicalista ao estilo de Perón. Os ataques ao Ministro do Trabalho de Getúlio Var

...

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Câmara Municipal de Vereadores de Butiá

A T O Nº 563

INCLUI O PROJETO DE LEI Nº 585, DO LEGISLATIVO, NA PAUTA DOS TRABALHOS.

ERALDO MACHADO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, usando das atribuições legais e na forma regimental, de conformidade com o artigo 35, inciso 1, letra "f", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, inclui na pauta dos trabalhos, o Projeto de Lei nº 585, do Legislativo.

Outrossim, a Presidência, usando das atribuições que lhe confere o artigo 42º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, encaminha o Projeto de Lei nº 585, do Legislativo, às Comissões Permanentes, para na forma regimental, receber o parecer das mesmas.

Sala das sessões, 13 de junho de 1983.

Ver. Eraldo Machado
Presidente

REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE
Em, 13 de junho de 1983.

Ver. Idelberto Tailor Souza Machado
1º Secretário

forjada por dois conhecidos criminosos, pagos por pessoas ligadas a Carlos Lacerda e, por certo, com dinheiro da CIA.

Apesar das infâmias que aturou e suportou, João Goulart elegeu-se Vice-Presidente da República em 1955, com 3 milhões e meio de votos, meio milão a mais do que o próprio Juscelino. Como ele mesmo declarou, na oportunidade, " sua vitória era a resposta do povo aos inimigos de Vargas e do trabalhismo". Durante o Governo de Kubitschek, o Partido Trabalhista, dirigido por Jango, atingiu determinado grau de amadurecimento ideológico, do qual o programa de reformas de base constituia-se como uma expressão fundamental. O programa tinha no problema agrário sua maior preocupação. Para João Goulart, o desenvolvimento econômico apregoado por Juscelino não resolveria o problema nacional, a partir de uma profunda transformação da sua política fundiária. A reforma agrária era vista pelos trabalhistas como condição essencial de desenvolvimento do mercado interno, condição de um pleno desenvolvimento econômico com justiça social.

O projeto de reformas foi anunciado, pela primeira vez, em março de 1958, tendo João Goulart manifestado a inevitabilidade de mudanças constitucionais para viabilizar sua execução. Jango fez das reformas o centro de toda a sua pregação e, batendo-se por elas , reelegeu-se Vice-Presidente da República, em 1960, enquanto seu companheiro era derrotado por Jânio Quadros, apoiado pela UDN. A renúncia de Jânio, em agosto de 1961, encontrou Jango em visita oficial a República popular da China, onde foi recebido por Mao Tse Tung. Era a primeira ves, desde a revolução de 1947, que um líder ocidental visitava aquele País; Só 10 anos depois, o Presidente Nixon, lá esteve.

Ao contrário do que seus adversários difundiram, Jango não estava despreparado para dirigir o País, quando chegou à Brasília, após 10 dias de crise, em 7 de setembro de 1961. Tinha mais condições para exercer o cargo de Presidente do que Jânio Quadros e, talvez, mais do que o Próprio Juscelino, em 1956. João Goulart assumiu a Presi

...

gas cresceram quando ele sugeriu a elevação do salário mínimo em 100%. A campanha contra Jango culminou com um memorial, assinado por mais de uma centena de coronéis e tenente-coronéis, exorcizando o "comunismo ' solerte" e condenando a medida anunciada, sob a alegação que " subverteria os valores profissionais". João Goulart preferiu renunciar para' não dar mais motivos aos inimigos de Vargas. Na sua carta de renúncia, salientou que "não se deixaria intimidar com o descontentamento que ' sua conduta provocara naqueles que viviam acumulando lucros à custa do suor alheio". No mesmo documento, encaminhou ao Presidente da República o esboço de um projeto com medidas que viriam beneficiar, em muito, à classe trabalhadora, tais como revisão periódica dos níveis de salário mínimo, congelamento dos preços, extensão das leis sociais aos trabalhadores do campo e fiscalização, pelos próprios operários, do cumprimento da legislação trabalhista. A pregação anti-nacional e contra' os interesses do povo, coordenada do exterior, não cessou nem com a ' saída de Jango do Ministério, nem com o suicídio de Vargas, em 24 de agosto de 1954. Tentaram, na época, fazer o que acabariam conseguindo' 10 anos depois, a cassação de todos os trabalhistas e até mesmo a suspensão do registro do PTB. O trabalhista mais visado foi, naturalmente, João Goulart, o único líder nacional capaz de resgatar a herança ' de Vargas. Os reacionários e os entreguistas, capitalistas e generais, com o apoio de certos setores do PSD - Partido que indicara Jango para concorrer à Vice-Presidência, na chapa de Juscelino Kubitschek - tentaram, desesperadamente, impedir a candidatura. Acusavem-no de estar aliado aos comunistas e, principalmente, insistiam no velho chavão do sindicalismo. Chegaram a divulgar uma carta falsa, atribuida ao Deputado' argentino, Antônio Brandi, procurando comprometer João Goulart com um suposto plano de coordenação sindical entre Brasil e Argentina, criação de brigadas operárias de choque e contrabando de material bélico' pela fronteira de Uruguaiana. A carta, evidentemente, era falsa e fora

...

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Câmara Municipal de Vereadores de Butiá

... de março de 1964, Jango diria que o caminho das reformas seria "o ca-
minho do progresso e da paz social" e, ainda, que "reformar é solu-
cionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídi-
ca superadas pela realidade daquele momento". Sua voz, entretanto,
já não seria ouvida, sufocada pelos que viam no progresso e na paz
social uma ameaça aos seus próprios privilégios. Em 1964, o Governo
Trabalhista contava, apenas, com a esperança do povo, com a fidelida-
de dos trabalhadores e com a coragem dos nossos líderes. Na última
mensagem que enviou ao Congresso, Jango reiterava, 'encarecidamente',
aos parlamentares " a necessidade imperiosa de atendermos aos anse-
ios e reclamos da Nação pelas reformas de base".

Dias depois, em 1º de abril, tanques e tropas
foram lançados às Ruas para derrubar o Governo de João Goulart elei-
to pelo povo e legitimado pela Constituição; traído por aqueles que
haviam jurado defendê-lo. As reformas propostas por Jango ainda es-
tão sendo reclamadas pela Nação. Por elas, ele foi deposto de forma
indigna e violenta, por elas, ele precisou exilar-se onde morreria,
longe dos amigos e afastado da Pátria, pela qual sacrificou a pró-
pria vida. João Goulart, criador da Eletrobrás, da Lei de Telecomuca-
ções e arauto das reformas estruturais da nossa sociedade, morreu
no exílo, no dia 6 de dezembro de 1976, na cidade Argentina de Merce-
des.

Mesmo morto não deixaria de ser perseguido pe-
los incansáveis inimigos do povo brasileiro. João Goulart, por medo
e indignidade dos usurpadores do poder, não teve, nem mesmo, a home-
nagem de luto oficial que a Constituição determina aos Chefes-de-Es-
tado mortos. A solitária bandeira, que por distração de um Senador
foi mandada hastear a meio pau frente ao Congresso, foi, misteriosa-
mente, retirada momentos depois. Mas João Goulart, que precisou ser
absolvido pela história - que já reconheceu o alto sentido democráti-

...

...

dência levando um programa de governo baseado nas reformas de base e amparado em larga experiência na política federal, o que lhe dava uma visão muito mais ampla - e menos provinciana - dos problemas brasileiros. João Goulart, no entanto, recebeu do Congresso um poder mutilado, enfraquecido, quando a situação do Brasil mais exigia um governo forte e capacitado para efetuar as mudanças que o desenvolvimento do capitalismo reclamava.

João Belchior Marques Goulart assumiu a Presidência da República com o País mergulhado em grave comoção política, militar e econômica. A posse, contudo só pôde ser efetivada depois de ter o Congresso, amplamente dominado pelos conservadores, adotado um regime parlamentarista, que muito cedo se mostraria inviável diante das realidades nacionais. Em seus primeiros atos Jango deixou bem claro sua firme disposição de defender, intransigentemente, os interesses nacionais, estabelecendo leis que disciplinavam os investimentos estrangeiros e normas que regulavam qualquer concessão para exploração da nossa riqueza mineral. Procurou incentivar a sindicalização rural e reconheceu o Comando Geral dos trabalhadores, por considerá-lo legítimo poder de pressão social. Ainda no campo social, atendendo uma justa reivindicação da classe trabalhadora, João Goulart concederia o 13º salário. Foi no governo de João Goulart que o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética e com a República popular da China.

O Presidente João Goulart consciente das distorções estruturais verificadas ao longo do nosso processo de transformações sociais, sentia, agora, mais que nunca, perfeitamente a necessidade imediata de uma política de profundas reformas. A Constituição de 1946, porém, institucionalizara os fatores de crise, impedindo reformas de base, tais como a agrária, a política, a habitacional e a bancária, dificultando, ainda, a adoção do salário móvel e o monopólio da distribuição do petróleo e de seus derivados. No dia 13

...

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Câmara Municipal de Vereadores de Butiá

PROJETO DE LEI Nº 585
De, 13 de junho de 1983.

AUTÓGRAFO Nº 489
PROJETO DE LEI Nº 585

Eu, VEREADOR ERALDO MACHADO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, aos vinte e três dias do mês de junho de 1983, declaro que o Egrégio Plenário desta Casa, em sessão ordinária, aprovou em primeira e única votação, o Projeto de Lei nº 585, do Legislativo, que denomina Praça pública.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Em, 23 de junho de 1983.

Ver. Eraldo Machado
Presidente